



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete Deputado João Daniel – PT/SE

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
REQUERIMENTO Nº DE 2025
(Do Senhor João Daniel)

Apresentação: 26/08/2025 11:49:33.050 - CLP

REQ n.102/2025

Requer a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Legislação Participativa – CLP, para debater as condições atuais da fiscalização trabalhista no Brasil, o déficit histórico de Auditores-Fiscais do Trabalho (AFTs), o fortalecimento institucional do Ministério Público do Trabalho (MPT), bem como medidas de valorização da carreira de Auditor-Fiscal do Trabalho e de recomposição de seu quadro.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Legislação Participativa – CLP, com o objetivo de debater as condições atuais da fiscalização trabalhista no Brasil, o déficit histórico de Auditores-Fiscais do Trabalho, as medidas de fortalecimento do Ministério Público do Trabalho e de valorização dos AFTs, e as propostas de mecanismos de recomposição estrutural do quadro da inspeção do trabalho,

A realização de Audiência Pública pela CLP permitirá reunir representantes do governo, do MPT, da academia e da sociedade civil, para discutir caminhos concretos de recomposição estrutural da inspeção do trabalho e debater os seguintes pilares:

- As condições atuais da fiscalização trabalhista no Brasil;
- O déficit histórico de Auditores-Fiscais do Trabalho;
- O fortalecimento do Ministério Público do Trabalho (MPT);
- A valorização da carreira e das condições de trabalho dos auditores-fiscais.

Para isso propomos os seguintes convidados:

- Representante do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE (Secretaria de Inspeção do Trabalho);
- Procurador-Geral do Trabalho – MPT;
- Representante do Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais do Trabalho – SINAIT;
- Pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, autor da Nota Técnica nº 117/2025;
- Representante da Organização Internacional do Trabalho – OIT no Brasil;
- Entidades da sociedade civil com atuação no combate ao trabalho escravo (Comissão Pastoral da Terra, Repórter Brasil, entre outras).
- Comissão de Aprovados ao Cargo de Auditor-Fiscal do Trabalho (AFT) do Ministério do Trabalho e Emprego(MTE).



JUSTIFICATIVA

O Brasil convive com um déficit estrutural de Auditores-Fiscais do Trabalho, situação que fragiliza a efetividade das normas laborais, compromete compromissos internacionais assumidos pelo Estado brasileiro e expõe trabalhadores a condições de vulnerabilidade extrema, especialmente em áreas rurais e de difícil acesso.

Atualmente, há cerca de 1.800 auditores em exercício, quando seriam necessários mais de 5.400, segundo parâmetros internacionais da Convenção nº 81 da OIT. A consequência imediata é a queda acentuada da probabilidade de fiscalização, que passou de 11,3% em 2007 para cerca de 3,8% em 2023, reduzindo o efeito dissuasório da legislação trabalhista.

Esse cenário compromete diretamente o combate ao trabalho escravo contemporâneo e ao trabalho infantil, fenômenos ainda persistentes em diversas cadeias produtivas, sobretudo no setor agropecuário, que figura como maioria na “lista suja” do trabalho escravo. Ao mesmo tempo, fragiliza a imagem internacional do Brasil, sujeitando o país a barreiras comerciais e pressões diplomáticas por cadeias produtivas livres de exploração.

O PL nº 3.908/2023, em tramitação nesta Casa, ao instituir o Selo Patriota de Regularidade como requisito para acesso a benefícios fiscais, programas governamentais e participação em licitações, reforça a centralidade da fiscalização trabalhista como pilar de efetividade. Contudo, a eficácia desse instrumento dependerá da capacidade estatal de diagnóstico e inspeção.

Sala das Comissões, em ____ de agosto de 2025.

Deputado João Daniel
PT/SE

